



O que está sendo feito?

1. Acordos com os Ministérios da Saúde e da Infraestrutura



Foi publicado no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico da última sexta-feira (24), uma iniciativa inédita, que oficializa o esforço interinstitucional no combate à epidemia da covid-19. O acordo de cooperação técnica do MPF com o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os conselhos nacionais de Secretários Estaduais

(Conass) e Municipais (Conasems) de Saúde e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi assinado em 24 de março e serviu de base para um novo acordo entre o MPF, o Ministério da Infraestrutura e o Conselho Nacional de Secretários de Transportes (Consetrans), voltado ao enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus no setor de infraestrutura.

O documento assinado com o MS estabelece as bases para atuação em diferentes frentes, tanto no âmbito federal, quanto estadual e municipal, a fim de tornar o combate à doença tarefa de todos. Os participantes se comprometeram a compartilhar informações técnicas, elaborar e disponibilizar estudos e cenários da epidemia, além de trocar informações de forma ágil, por meios informais. [Leia mais.](#)

Já o acordo firmado hoje com o Minfra (foto) define um plano de trabalho conjunto, com a designação de quatro representantes do Ministério e de membros focais do Consetrans, do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos locais em todas as unidades da federação. A ideia é formar uma rede voltada ao compartilhamento de informações relevantes, bem como à integração e constante alimentação de plataformas de intercâmbio em tempo real. No âmbito do MPF, o trabalho será conduzido pela Câmara de Consumidor e Ordem Econômica (3CCR). [Leia mais.](#)



2. TAC prevê instalação de leitos no Rio Grande do Norte

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Governo do Estado e a Liga Norte-riograndense contra o Câncer celebraram termo de ajustamento de conduta (TAC) para incrementar a quantidade de leitos hospitalares disponíveis na rede estadual de saúde pública para o enfrentamento da covid-19. O documento foi assinado neste domingo (26) e consiste na adequação dos procedimentos para a celebração de convênio entre o Governo e a Liga.

O convênio prevê a transferência de recursos públicos com o objetivo de disponibilizar à rede estadual de saúde pública até 60 novos leitos hospitalares destinados ao enfrentamento da pandemia, entre leitos de UTI e de enfermaria. [Leia mais.](#)

3. Liminar garante fornecimento gratuito de álcool gel a motoristas do Cabify

A plataforma digital de transporte de passageiros Cabify deverá fornecer gratuitamente aos motoristas do aplicativo álcool gel 70% e limpeza de veículos utilizados pelo serviço. A decisão liminar obtida na sexta-feira (24) resulta de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ) e também obriga a empresa a elaborar material informativo com orientações sobre higiene pessoal e veicular. A decisão tem abrangência nacional. [Leia mais.](#)

4. Instauração de procedimento para fiscalizar verbas destinadas a cidades do noroeste paulista

O Ministério Público Federal instaurou procedimento para acompanhar e fiscalizar a destinação de verbas públicas utilizadas no combate à epidemia da covid-19 nos 41 municípios da região de Jales (SP). O MPF requisitou que, no prazo de 15 dias úteis, as prefeituras informem a totalidade dos



valores já recebidos e destinados ao enfrentamento da doença, incluindo recursos federais e estaduais, bem como aqueles oriundos da própria administração municipal. O procedimento visa a evitar irregularidades na aplicação destas verbas, o que poderia gerar sérios prejuízos aos cofres públicos. A iniciativa segue [recomendação](#) enviada pelo Giac a todos os membros do Ministério Público na última semana. [Leia mais](#).